



DANIELE RUIZ e AGÊNCIAS
druiz@j.com.br

Fraudes 1

A Justiça Eleitoral identificou mais de 15,6 mil fraudes entre as eleições de 2014 e 2016, por meio do cruzamento de informações biométricas. São eleitores que foram a diferentes cartórios, se passaram por outras pessoas e conseguiram emitir mais de um título, o que é ilegal. Eles foram identificados por meio das digitais.

Fraudes 2

O Estado com o maior número de fraudes identificadas por meio do registro biométrico foi Alagoas, onde 2.188 títulos de eleitor foram considerados irregulares, segundo o levantamento feito pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Em seguida vieram São Paulo (1.733) e Goiás (1.503). Em Goiás, um único homem conseguiu emitir 51 títulos de eleitor, todos em diferentes cartórios. Ele só foi identificado porque em todos os cadastros constava a mesma impressão digital, que é única para cada indivíduo. Neste caso, o registro biométrico o impediu de votar repetidas vezes.

Fraudes 3

Além de resultar no cancelamento das inscrições irregulares, os dados foram enviados pelo presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, ao Ministério Público Federal, para que sejam apurados os "indícios de configuração de eventual ilícito eleitoral ou de outra natureza", escreveu o magistrado. As investigações podem acarretar ações penais. É possível, entretanto, que em várias partes do país as fraudes tenham passado despercebidas. Isso porque dos 144 milhões de eleitores brasileiros, somente 46,3 milhões tinham cadastro biométrico nas eleições de 2016. O registro biométrico começou a ser implantado no Brasil em 2008. A meta do TSE é que todo o eleitorado esteja cadastrado até 2022.

À vontade 1

Na abertura da programação alusiva ao Dia Internacional da Mulher, no Parque da Cidade, o prefeito de Jundiá, Luiz Fernando Machado (PSDB), fez questão de participar. Com um abrigo discreto na cor preta e ténis, o tucano conversou com muita gente durante as atividades. Presente no evento, público feminino, em grande parte formado por frequentadoras de centros esportivos, também quis uma 'selfie' ao lado do chefe do Executivo.

À vontade 2

Ao contrário de muitos eventos, a abertura do Dia Internacional da Mulher não contou com vereadores e políticos que sempre querem participar das atividades com o prefeito Luiz Fernando Machado. Pela manhã, no Parque da Cidade, apenas o vereador Faouez Taha (PSDB) foi avistado enquanto a reportagem esteve no local. O gestor de Esporte e Lazer, Luiz Antonio Trientini, acompanhou Luiz e mostrou entusiasmo com os projetos da área. "Vamos continuar com as atividades nos centros esportivos, mas queremos ampliar os trabalhos nos bairros, mas tudo está sendo formatado com o prefeito", afirmou Trientini.

► CÂMARA DE JUNDIÁ

Dos três itens a serem votados na sessão, dois têm indícios de ilegalidade por aumentar custos ao Executivo

Com pareceres contrários, projetos serão votados

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Dos três projetos de lei que serão apresentados para votação, amanhã, durante mais uma sessão ordinária da Câmara de Jundiá, dois contam com pareceres contrários da Comissão de Justiça e Redação (CJR). Além destes itens, serão discutidas também três moções.

O primeiro item a ser apreciado pelos vereadores, amanhã, a partir das 18h, será o PL 11.476/2014, de autoria do vereador Marcelo Gastaldo (PTB), que altera a lei 1.919/72, para prever em placas toponímicas informações sobre a pessoa homenageada. O texto, contudo, teve o parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação (CJR).

Também com parecer contrário, o PL 12.165/2017, do vereador tucano Rafael Antonicucci, prevê "botão de pânico" nos ônibus do serviço público de transporte coletivo.

De acordo com o presidente do Legislativo de Jundiá, Gustavo Martinelli (PSDB), não há expectativas em relação à conduta dos vereadores sobre os projetos em pauta. "Há indícios de ilegalidade por haver aumento de custos



SESSÃO ORDINÁRIA Vereadores votam projetos amanhã, a partir das 18h, no Legislativo Municipal: pauta não deve provocar embates

para o Executivo", aponta.

O único projeto considerado legal (PL 12.176/2017) é de autoria do vereador Antonio Carlos Albino (PSB). O texto trata de publicidade de dados de entidades privadas que recebam verbas públicas ou benefícios fiscais. O tema já provocou polêmica, pois o

Hospital São Vicente de Paulo, entidade filantrópica que tem a Prefeitura de Jundiá como compradora de serviços, não tem o 'site de transparência' desde 2013.

Moções

O vereador Wagner Ligabó (PPS) é autor de moção de ape-

lo à vinda do programa "Acesso SUS" para a cidade. "É uma medida que deveria ter sido tomada há mais tempo, pois um juiz não tem a formação para ficar analisando todos os pedidos que pacientes levam a respeito do que médicos deliberam. Muitas vezes, as medicações solicita-

das são necessárias, bem como as próteses, mas, muitas vezes, também o médico faz a solicitação de medicação mais cara ou da marca registrada do remédio e não do seu similar ou genérico. Então, esse projeto, que foi feito para mediação com membros de equipe médica e do judiciário, vai tornar muito mais prático o julgamento do que é necessário e as alternativas do que é necessário, tornando assim uma economia", afirma Ligabó.

Outra moção a ser discutida é de autoria do vereador Adriano Santana dos Santos (PR), conhecido como Dika Xique Xique. Ele faz apelo ao presidente da República para suspender edição de Medida Provisória em elaboração, prevenindo que estrangeiros possam comprar grandes extensões de terra com finalidade de produção agrícola e pecuária.

A terceira moção é do vereador Edicarlo Vieira (PSD), que apela à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT por melhorias no sistema de entrega de correspondências de Jundiá/SP, bem como implantação de agência/posto de atendimento no Parque Residencial Jundiá.

► CÂMARA DOS DEPUTADOS

Reformas trabalhista e da Previdência voltam à pauta

Após o feriado do Carnaval, a Câmara dos Deputados retoma os trabalhos com discussões sobre as reformas trabalhista e da Previdência. Em audiências públicas nesta semana, deputados e convidados debaterão as mudanças propostas pelo governo para essas duas áreas.

A Comissão Especial da Reforma da Previdência, que analisa e discute o mérito da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287, fará três audiências públicas ao longo da semana. Na terça-feira (7), serão discutidas as aposentado-

rias de profissionais envolvidos em atividades de risco, como os policiais.

Na quarta (8), será a vez dos professores e dos trabalhadores que atuam em atividades que prejudicam a saúde. Na quinta (9), a discussão será sobre as novas regras de aposentadoria para servidores públicos.

A primeira audiência da comissão especial, no dia 15 de fevereiro, teve participação do ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e do secretário nacional da Previdência Social, Marcelo Caetano, que apresentaram detalhes da proposta do go-

verno. Outra audiência debateu com técnicos do governo e representantes dos servidores o Regime Próprio de Previdência Social a que está submetido o funcionalismo público.

A PEC 287 foi enviada à Câmara no fim do ano passado pelo governo e prevê idade mínima de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem. O tempo mínimo de contribuição deve subir de 15 anos para 25 anos. Pelo novo modelo, para se aposentar com acesso ao benefício integral será necessário contribuir ao longo de 49 anos.

Na sexta-feira (3), o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que a expectativa é que a reforma da Previdência seja aprovada no plenário da Câmara na segunda quinzena de abril. Ele defendeu a aprovação sem flexibilização da proposta enviada pelo governo ao Congresso.

Reforma Trabalhista

Já a Comissão Especial da Reforma Trabalhista, que analisa as mudanças propostas no Projeto de Lei do Executivo 6.788/16, realizará duas audiências públicas esta semana. Na quarta-feira

(8), a reforma trabalhista será debatida com as confederações patronais. Na quinta-feira (9), o tema será direito do trabalho urbano. A comissão especial já debateu a reforma em outras duas audiências. O projeto de lei altera as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e outros dispositivos. Também possibilita que, nas negociações entre patrão e empregado, os acordos coletivos tenham mais valor do que o previsto na legislação, permitindo, entre outros pontos, o parcelamento de férias e mudanças na jornada de trabalho. (Agência Brasil)

► DEPOIMENTO MARCADO

Julgamento de Lula fica mais próximo

Após o juiz Sergio Moro marcar a data do interrogatório do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o julgamento do petista fica mais próximo.

Isto porque o interrogatório do réu é uma das últimas fases do procedimento penal. Depois desta etapa, o juiz abre prazo para pedidos de diligências complementares e, na sequência, para as alegações finais das defesas e da acusação. Em seguida, ele pode dar a sentença.

Na última sexta-feira (3), Moro agendou o interrogatório de Lula para o dia 3 de maio.

Nesta data, ele será questionado pelo juiz na condição de réu na ação sobre o triplex no Guarujá - o petista é acusado de ter se beneficiado de desvios da Petrobras

na compra e reforma do imóvel, assim como no transporte de seu acervo presidencial após a saída do Planalto.

Lula nega as acusações, ressalta que não comprou o apartamento e diz ser perseguido politicamente pela Operação Lava Jato.

Além do ex-presidente, também serão interrogados, no final de abril, os réus Leo Pinheiro, Agenor Medeiros, Paulo Gordilho, Fábio Yamamine e Roberto Moreira Ferreira, da OAS; e Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula.

Moro também determinou, na mesma decisão, a extinção da punibilidade da ex-primeira-dama Marisa Leticia, morta em fevereiro, que também era ré na ação. (Folhapress)

► EMPREITEIRA

TSE intima PSDB a explicar doações para Aécio em 2014

O ministro Napoleão Maia, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), determinou que o PSDB se manifeste sobre o depoimento do executivo Otávio Marques de Azevedo, ex-presidente da construtora Andrade Gutierrez, que disse ter feito doações não declaradas à campanha presidencial de Aécio Neves, em 2014. O magistrado atendeu a uma petição feita pelo PT em dezembro, dentro do processo que julga as prestações de contas da campanha de Aécio Neves. A intimação do ministro do TSE foi feita depois de Azevedo, que é também um dos delatores na Operação Lava Jato, ter prestado depoimento dentro da ação que julga irregularidades da chapa Dilma-Temer, que é relatada pelo ministro Herman Benjamin.

Azevedo deu dois depoimentos perante Benjamin, um em setembro e outro em novembro do ano passado.

Na segunda oitiva, o executivo afirmou que as doações eleitorais feitas pela Andrade Gutierrez tanto à chapa Dilma-Temer quanto à de Aécio Neves não estavam vinculadas a qualquer contrapartida, nem ao pagamento de propina. No entanto, Azevedo retificou o que havia dito anteriormente, afirmando que o valor total das doações da empresa à campanha de Aécio Neves foi de R\$ 19 milhões, maior do que os R\$ 12,6 milhões que constam no sistema do TSE, o que motivou a petição do PT e a ordem de esclarecimentos feita agora no processo que julga as contas do então candidato tucano. Em depoimento, o executivo afirmou que o valor de doações ao PSDB em 2014 somou R\$ 33,2 milhões. No despacho, Napoleão Maia deu prazo de três dias, contados a partir da notificação, para o PSDB explicar as declarações de Azevedo. À

época, o PSDB disse que as alegações do PT eram "desprovidas de qualquer verdade" e que as denúncias tinham "nítido propósito político".

O PSDB negou que haja contradição no depoimento de Azevedo. Segundo o partido, a Andrade Gutierrez doou R\$ 19 mi a seu diretório nacional, dos quais R\$ 12,7 mi foram destinados à campanha de Aécio, e o restante direcionado a outros candidatos tucanos. Juntamente com o texto, o partido anexou recibos de doações da Andrade Gutierrez ao diretório nacional, totalizando R\$ 19 mi. Até o momento, o partido não se manifestou a respeito dos R\$ 33,2 milhões, que seja o valor total doado ao PSDB, segundo o depoimento. O PSDB informou que pedirá a condenação do PT por "iliciteza de má-fé", por "fazer uso de processo para fins exclusivamente políticos". (Folhapress)